

Conheça o POLI

Direção
55(21)3865-9700

Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional
55(21)3865-9706

Vice-Direção de Ensino e Informação
55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde
55(21)3865-9745

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde
55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde
55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde
55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde
55(21)3865-9784

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde
55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica
55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9750

Coordenação de Administração
55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional
55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos
55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde
55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde
55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante
55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde
55(21)3865-9892

Secretaria Escolar
55(21)3865-9865

Serviço de Informática
55(21)3865-9810



Revista Trabalho, Educação e Saúde
55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde
55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.epsjv.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde
55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa
55 (21) 3865-9710

Capa	
Trabalho: o que mudou?	4
Conferência Nacional de Saúde	
14ª CNS: consolidação da Seguridade Social deve permear debates	12
Profissão	
Técnico em Meio Ambiente	14
Almanaque	16
Público e Privado na Saúde	
Planos de saúde	17
Entrevista	
Orlando dos Santos Junior - 'Um aspecto fundamental da reforma urbana é exatamente o direito de todos a dizerem que cidade desejam'	20
Livros	
'O laboratório de Marx' - resenha do livro 'Grundrisse', de Karl Marx	23
Dicionário	
Tecnologia	25

Você certamente já ouviu dizer que o mundo do trabalho mudou. E essa conclusão, em geral, vem acompanhada de análises que consideram como verdades irrefutáveis informações como a de que o setor de serviços ocupou o lugar da fábrica na geração de emprego e de que, na dita 'sociedade do conhecimento', o trabalho não é mais central. A matéria de capa desta edição parte da constatação de que existem mudanças no mundo do trabalho, discute essas mudanças, mas desmistifica algumas certezas tidas como absolutas. Você verá, por exemplo, que a grande supremacia do setor de serviços sobre o da produção se dá, de fato, nos países do capitalismo central, mas precisa ser relativizada quando se trata dos países periféricos.

Continuando a série especial 'Público e privado na saúde', que havia sido interrompida pela edição especial de julho/agosto sobre a questão indígena, esta revista traz um panorama da presença e uso de planos de saúde em dois países que, como o Brasil, têm sistemas de saúde universais: Reino Unido e Canadá. Também dando sequência ao especial sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde, a matéria desta edição trata da seguridade social no Brasil, para dar subsídios ao debate do primeiro subeixo da Conferência 'Políticas de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade'.

A entrevista desta edição parte da comemoração de dez anos do Estatuto da Cidade para discutir temas como reforma urbana, política habitacional e o fenômeno dos megaeventos – como a Copa do Mundo – no Brasil. O entrevistado é Orlando dos Santos Junior, pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da UFRJ. Na seção de 'profissão', a Poli apresenta você, leitor, o técnico de meio ambiente, que ainda tem espaço indefinido no SUS.

No 'Dicionário', o verbete desta edição mostra como a tecnologia não é, por si, nem boa nem má: ela só pode ser compreendida nos usos que tem, a partir das relações sociais em que engendra.

Por fim, o livro em destaque é o novíssimo lançamento dos Grundrisse, reunião de manuscritos de Marx que têm sua primeira publicação no Brasil.

Boa leitura.

Ano IV - Nº 19 - set./out. 2011

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)
Isabel Brasil, Sergio Munck, Mauro de Lima, Claudio Gomes, Marise Ramos, Marco Antônio Santos, Felipe Rangel, José Orbílio Abreu, Francisco Bueno, Etelcia Molinaro, Cristina Araripe, Júlio Lima, Mario Sergio Homem, Cátia Guimarães, Anamaria Corbo, Ignez Siqueira, José Victor Regadas, Bianca Fernandes, Heitor Leon.

Editora

Cátia Guimarães - MTB: 2265/RJ

Chefe de Reportagem

Raquel Torres

Repórter e Redator

André Antunes

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Assistente de Comunicação

Talita Rodrigues

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro
CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos

Estela Carvalho

Assistente Editorial

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Trabalho: o que mudou?

Pesquisadores
analisam as novas
configurações do
mundo do trabalho

Raquel Torres



“A felicidade da empresa é a felicidade de mercado, que está ligada a sua capacidade competitiva, que está ligada, por sua vez, à felicidade dos empregados, e todos juntos formam a imagem da empresa. O principal objetivo da comunicação interna é a manutenção dessa envolvente cadeia de felicidade”. Esse pequeno trecho do artigo ‘Imagem corporativa: *marketing* da ilusão’, de Elizabeth Brandão e Bruno Carvalho, explicita uma das mudanças mais ou menos recentes pelas quais o trabalho – e a vida dos trabalhadores – têm passado: a busca por estratégias que façam os empregados ‘vestirem a camisa da firma’ e se envolverem pessoalmente com as empresas.

Há outras. Entre elas, está a distribuição da força de trabalho entre os setores primário, secundário e terciário: não é de hoje que se aponta a diminuição da mão de obra na indústria e no campo devido à mecanização dos processos, enquanto o trabalho no setor de serviços parece inchar — mas será que isso é verdade no mundo todo? Por outro lado, a própria separação entre esses três setores parece não ser mais tão rígida, num momento em que ganham força, por exemplo, a agroindústria e a indústria de serviços. Aliás, o aumento da terceirização – e até da quarteirização – é cada vez mais evidente. Tudo isso gera transformações nas relações entre os trabalhadores, no seu modo de organização e na atuação de suas entidades representativas. Nesta reportagem, os pesquisadores ouvidos pela Poli buscam explicar essas e outras mudanças e analisar suas implicações.

O setor primário está ligado à exploração de recursos naturais, como ocorre na agricultura, na mineração, na caça e no extrativismo. O secundário se relaciona à transformação de matérias primas em produtos industrializados, e o terciário diz respeito aos serviços – comércio, educação, saúde, informática, turismo, administração e outras atividades.

Novas configurações

O professor Marcelo Badaró, da Universidade Federal Fluminense (UFF), acredita que a grande sofisticação tecnológica alcançada hoje, sobretudo na área informacional, tem um objetivo muito nítido na sociedade capitalista: “Diminuir o custo da força de trabalho, reduzindo o número

O que é trabalho?

O professor Marcelo Badaró, da UFF, explica que há muitas definições para trabalho, mas, em geral, elas se articulam em dois grandes eixos não excludentes entre si. “Um deles diz respeito à natureza do ser humano. Nesse caso, o que se define como trabalho é a atividade social que os seres humanos estabelecem entre si para produzirem as condições de sua sobrevivência”, diz. De acordo com ele, outras espécies animais têm formas cooperativas para garantir a sobrevivência, mas “só os homens e as mulheres desenvolveram relações sociais complexas para tanto, caracterizadas por um agir racionalmente orientado, ou seja, planejando com vistas a um fim essa sua atividade social produtiva”. Ele diz que, por isso, Karl Marx define o trabalho como condição de existência do homem.

Já o segundo eixo trata da forma que o trabalho adquire em determinadas sociedades, como aquelas divididas em classes. Na sociedade capitalista, por exemplo, trabalho passa a ser compreendido como trabalho assalariado. “Neste caso, o trabalho é associado à exploração de seres humanos por outros seres humanos. Os que trabalham diretamente, a classe trabalhadora, o fazem porque não possuem os meios necessários a manter sua subsistência fora do mercado, quer dizer, precisam vender de alguma forma a sua força de trabalho no mercado, para, com o dinheiro que recebem em troca dessa venda (normalmente chamado de salário) voltarem ao mercado como compradores de mercadorias necessárias à sua sobrevivência”, afirma o professor.

De acordo com o Ricardo Antunes, da Unicamp, isso faz com que o trabalho se torne uma atividade compulsória: “Se o trabalhador não executa o trabalho assalariado, não recebe a remuneração e morre de fome. Por isso, a ideia que temos de trabalho livre só é aparente. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho – mas, se não fizer isso, morre”, observa. Badaró completa: “Vivendo em função dessa troca, aparentemente equivalente, de mercadorias, o trabalhador não pode identificar em seu trabalho algo que faça sentido para ele, já que não controla o tempo durante o qual depende sua força de trabalho, nem o produto desse trabalho, nem a relação social que estabelece com os outros trabalhadores para produzir. Assim, aquele sentido original do trabalho como estruturante das relações sociais, portanto humanas, não desaparece na sociedade capitalista, mas está completamente subsumido ao sentido histórico do trabalho para o capital”.

de trabalhadores necessários para produzir e fazer circular a mesma quantidade de mercadorias”.

José Maria de Almeida, membro da coordenação nacional da Central Sindical e Popular Conlutas, diz que essa finalidade foi alcançada fundamentalmente por meio de três mecanismos: a robotização, a busca de envolvimento ideológico do trabalhador pelos objetivos da empresa e a reorganização do processo de produção. Ele explica que a robotização, uma das estratégias mais conhecidas, não se restringe apenas ao setor industrial, onde esse processo é mais evidente: “O sistema financeiro no

Brasil, no começo dos anos 1990, tinha 800 mil empregados. Hoje, o sistema instalado é muito maior e temos apenas 370 mil trabalhadores, o que se deve em grande medida à mecanização”, exemplifica.

Ele diz também que o “envolvimento ideológico” tem um papel cada vez mais importante, e que uma das formas de se conseguir isso é dar ao trabalhador uma recompensa econômica pelo seu envolvimento. “A participação nos lucros da empresa é muito adequada a isso. Vende-se para o trabalhador a ideia de que, quanto maior é a sua produção, mais dinheiro ele ganha. Esse ganho da participação dos lucros é

concreto: todos os anos, o empregado é premiado pelo aumento da produtividade da empresa. Há uma propaganda ideológica no sentido de que o trabalhador se veja como responsável pelas conquistas da empresa e se beneficie delas, e a remuneração ajuda a consolidar essa ideia. O trabalhador acaba se tornando escravo de si próprio: ganha pouco e fica refém da participação dos lucros – para receber mais, explora-se mais”.

Isso também tem tudo a ver com aquela passagem sobre comunicação interna que você leu no início desta reportagem. De acordo com Zé Maria, a “disputa pela consciência do trabalhador” se dá, também, por meio da propaganda. Nesse sentido, os jornaizinhos internos, *newsletters* e até mesmo festas da empresa têm um papel fundamental para gerar maior comprometimento dos funcionários, produzir uma sensação de pertencimento ao local de trabalho e, conseqüentemente, aumentar seus índices de produtividade. “Quase toda empresa tem um departamento voltado à propaganda, ao envolvimento do trabalhador em atividades internas, em fazer contato com a família”, diz Zé Maria.

Elizabeth Brandão e Bruno Carvalho mostram, no artigo já citado, o quanto isso é sério: “A imagem corporativa exige que os funcionários-parceiros espelhem a felicidade da empresa pelo testemunho individual, pois a imagem de sucesso e bem-estar de um deve ser a de outro. Para isso, o *marketing* cria realidades idílicas que transformam o trabalho em uma nova ideologia, na qual o excesso de dedicação não se paga com hora extra, mas com polpudas vantagens e facilidades que, além do ganho econômico, significam também alcançar poder, *status* e carisma – enfim, os atributos da imagem do vencedor”. E completam: “Nas empresas que encarnam no imaginário da sociedade atual o progresso tecnológico e social, a forma de lidar com seus empregados é suprir suas necessidades materiais, psicológicas e afetivas. (...) Segundo

a cartilha da Cisco [Cisco System, empresa de tecnologias de informação e comunicação], não se deve buscar um equilíbrio entre trabalho e família e sim a integração entre os dois”, escrevem.

Zé Maria fala também sobre a importância da terceira estratégia: a reorganização da produção, que diz respeito à intensificação do trabalho. “Hoje se fala muito em trabalhadores multifuncionais, polivalentes. Dizer que o aumento da produtividade tem a ver só com a robotização é uma ingenuidade: analisando o setor automotivo, por exemplo, vemos que nos anos 1980 havia cerca de 125 mil trabalhadores no Brasil, e as indústrias produziam um milhão de automóveis por ano. Hoje com menos de 120 mil empregados, a produção triplicou. Não tem como fazer isso só com a robotização – a exploração do trabalho também aumentou. Prova disso é que o Brasil tem 35% dos trabalhadores do setor metalúrgico sofrendo de doenças ligadas ao excesso de trabalho”, aponta.

Mortes por excesso de trabalho

Essa também é uma questão apontada pelo sociólogo Sadi dal Rosso, professor da Universidade de Brasília (UnB). Segundo ele, as empresas hoje se centralizam numa política de exigência de cumprimento de metas. “Há demandas cada vez maiores sobre o ritmo, sobre a velocidade e sobre a quantidade de coisas que o trabalhador precisa fazer ao mesmo tempo. A intensificação pode estar ligada ao tamanho da jornada de trabalho, mas não necessariamente. Às vezes, mesmo em uma jornada não muito longa, o trabalhador tem que apresentar mais resultados, e isso em qualquer área: seja uma produtividade maior na indústria, seja o número de consultas na área de saúde, sejam aulas e correções de trabalhos de alunos no caso de professores, sejam atividades na música, na arte”, diz.

E, de acordo com Sadi, essa intensificação acarreta não apenas o aparecimento de problemas de saúde citados por Zé Maria, mas também outro fenômeno: a morte por excesso de trabalho, que já é bem conhecida no Japão, onde tem o nome *karoshi*. O primeiro caso foi registrado no fim dos anos 1960, e hoje o Ministério do Trabalho do país publica estatísticas sobre o tema. Os estudos indicam que o *karoshi* costuma ser associado a longas jornadas e a trabalho por turnos e em horários irregulares, e que a maior parte das vítimas trabalha mais de três mil horas por ano – o equivalente a trabalhar, sem descanso semanal, sem folgas nem férias, mais de oito horas por dia. Para se ter uma ideia, no Brasil, respeitando-se a legislação que permite uma jornada máxima de 44 horas por semana, a carga horária anual de um trabalhador chega a, no máximo, 2.400 horas, mesmo se ele não tirar férias.

O professor acrescenta que, apesar de ser mais conhecido no Japão, o problema não está muito distante do Brasil, onde se tem constatado que más condições de trabalho no campo também podem levar à morte. “Cortadores de cana, por exemplo, se submetem a uma rotina absolutamente exaustiva para atenderem metas e conseguem ganhar um salário melhor, pago por toneladas de cana cortadas”, diz Sadi. No artigo ‘Por que morrem os cortadores de cana?’, o professor da Universidade Federal de São Carlos (UFScar) Francisco Alves escreve que na década de 1950 cada trabalhador cortava em média três toneladas de cana por dia; em 1980, o número passou para seis toneladas e, no início dos anos 2000, a produtividade já era de 12 toneladas por dia de trabalho. “É necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas”, diz o autor. Ele cita um levantamento do Serviço Pastoral do Migrante de Guariba, em São Paulo, que diz que entre 2004 e 2007 isso levou à morte 14 cortadores de cana, migrantes e jovens, na região.

Sadi observa que, no caso do Japão, alguns tribunais reconhecem hoje a morte por excesso de trabalho e estabelecem compensações para a família do trabalhador. “Com isso, reconhece-se formalmente um fenômeno que pensávamos que existisse só no tempo da escravidão. Agora, que estamos na suposta era dos trabalhadores livres, eles morrem em função do trabalho exigido”, completa.

Mais flexível

Além de mais intenso, o trabalho também tem, em muitos casos, se tornado mais flexível no que diz respeito aos horários. Isso significa que mais gente continua trabalhando depois do expediente ou leva trabalho pra casa, porque a produção não se mede especificamente em carga horária, mas em metas. “Essa flexibilidade poderia ser útil tanto para a empresa quanto para o empregado. Em princípio, se o trabalhador tem uma emergência doméstica ou precisa ir ao médico, por exemplo, seria bom poder chegar duas horas mais tarde e compensá-las no fim do expediente”, pondera Sadi. Mas ele diz que existe outro lado: “As empresas acabam adaptando isso apenas às suas próprias necessidades. O trabalho tem que ser flexível para as suas demandas: quando aumenta a demanda pelo seu serviço ou pelo seu produto, o empregado precisa trabalhar mais. A flexibilidade é entendida como aquilo que permite adaptar a quantidade de mão de obra às exigências do mercado”, afirma.

De acordo com o professor, prova de que a flexibilidade beneficia pouco o trabalhador é que, em suas pesquisas, ele encontrou poucos casos brasileiros de negociações para o estabelecimento de flexibilidade para empregados que querem estudar, por exemplo. Por outro lado, a flexibilização baseada em banco de horas é imposta em inúmeras empresas, tanto industriais como do setor de serviços. “Esse sistema foi criado em 1998 com o objetivo de diminuir

o gasto das empresas, para que elas parassem de pagar horas extras”, conta Sadi.

Essas mudanças não ocorrem apenas no setor privado. “Nos setores empresariais estatais, isso não muda nada. Tanto nos bancos como em empresas como a Petrobras, os objetivos são os mesmos”, afirma Sadi. De acordo com ele, o problema também ocorre em áreas não empresariais, como a educação, onde também há flexibilização e intensificação do trabalho.

Nova divisão internacional do trabalho

Marcelo Badaró considera que a renovação dessas “formas mais arcaicas da exploração da força de trabalho representam a combinação mais complexa e mais perversa da alta tecnologia”. Ele lembra que muitas vezes empresas altamente modernizadas estão intimamente ligadas à manutenção de trabalho análogo ao escravo: “As mesmas montadoras de automóveis ou grandes bancos são sócios de megaempresas agropecuárias, muitas das quais responsabilizadas pelo emprego de trabalhadores em condições análogas à escravidão. Empresas como as de material esportivo organizam em escala global a propaganda de suas mercadorias, usando os grandes esportistas como garotos-propaganda, ao mesmo tempo em que, também em escala global, remuneram de forma aviltante a força de trabalho mais precária – muitas vezes crianças – para produzirem em qualquer lugar do mundo seus tênis e agasalhos. As grandes cadeias de lojas de roupa, de capital europeu, anunciam suas coleções com as mais caras modelos e encomendam a produção de suas roupas a pequenas oficinas de fundo de quintal na Índia, no Vietnã, ou a pequenas instalações dirigidas por imigrantes orientais que exploram imigrantes sulamericanos em pleno centro de São Paulo”, diz.

O professor aponta que o sistema de produção atual continua baseado na valorização do capital por meio da exploração do trabalho no



Diminuição
do número de
trabalhadores na
indústria não é
realidade em todo
o mundo

SXC

processo de produção de mercadorias. Por isso, por mais que o capitalismo esteja ‘financeirizado’, a produção continua muito importante: “Por mais que fábricas tenham sido fechadas em áreas do hemisfério Norte, há hoje, em números absolutos, uma quantidade de trabalhadores assalariados nas indústrias – operários típicos – maior do que em qualquer outro momento da história, embora agora mais numerosos no hemisfério Sul”.

A afirmação leva a uma reflexão sobre uma realidade que o senso comum costuma ter como certa, e que está relacionada a fatores já discutidos nesta mesma matéria, como a robotização: costuma-se acreditar que o número de trabalhadores nas indústrias e no campo tem diminuído em todo o mundo e o trabalho no setor de serviços tem aumentado. Isso é verdade para países de economias centrais, como Estados Unidos e Inglaterra, mas não é um fenômeno observado mundialmente, como aponta Badaró.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirmam a afirmação do pesquisador. Nos países de economia central, o trabalho no setor primário caiu de 32,8% em 1950 para apenas 5% em 1998. Na indústria ele também diminuiu de 30,8% para 23%. Enquanto isso, no mesmo período, no setor de serviços, houve uma grande expansão, de 36,4% para

72%. A surpresa se dá quando olhamos para a economia periférica: o trabalho nas indústrias aumentou de 9,4% para 15% e, embora no setor primário ele tenha diminuído de 73,9% para 55%, continuou muito alto em relação aos dos países centrais. No setor terciário houve aumento, mas não tão intenso como nos outros países: de 16,7% para 30%. A OIT tem poucos dados atualizados a esse respeito, mas alguns deles são significativos: em 2005, o trabalho no setor primário representava quase 80% do total na Etiópia e, na Tanzânia, ele empregava 75% dos trabalhadores em 2006. No Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostra que o trabalho no setor secundário vem aumentando gradativamente: em 2006, representava 22,7% do total e, em 2010, passou para 23,6%.

No artigo 'Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho', o economista Márcio Pochmann explica como e por que isso acontece. De acordo com ele, desde a década de 1970 se percebe uma mudança na Divisão Internacional do Trabalho relacionada a transformações no centro do capitalismo mundial. Ele diz que a competição por novos mercados e a procura por menores custos de produção fizeram com que grandes empresas começassem a se expandir para os países periféricos e semiperiféricos. Segundo Pochmann, isso proporcionou o reforço na industrialização em países de renda *per capita* mais baixa.

Assim, ele escreve: "Nas economias semiperiféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, proveniente da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão de obra mais barata possível e qualificação não elevada, além do uso extensivo de matéria prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos". Por outro lado, no centro do capitalismo, a maior parte da

ocupação está no setor de serviços, que, segundo Pochmann, é "mais protegido" que os setores industriais e agropecuários.

Embora Pochmann considere que o setor de serviços é mais protegido, Huw Beynon, professor da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, apresenta uma ressalva quanto a isso. "Alguns desses serviços têm sido associados a uma maior estabilidade e a uma fonte de segurança. Entretanto, hoje tem se tornado claro que os serviços que envolvem tecnologias da informação podem ser 'globalizados': exemplo disso é que muitas centrais de atendimento [*telemarketing*] do Reino Unido e dos Estados Unidos foram fechadas e reabertas na Índia, empregando trabalhadores que sabiam falar inglês nesse país", observa.

De acordo com Beynon, as novas estratégias de localização das empresas se unem à flexibilidade garantida pelas novas tecnologias da informação para recuperar o



Em muitos países, a agropecuária ainda é responsável por mais de metade da ocupação

SXC

crescimento. “Juntas, essas estratégias levaram a um novo crescimento econômico por meio da produção de novos tipos de mercadorias – desde *smartphones* até contratos de crédito aos consumidores – produzidos ao redor do mundo e também vendidos ao redor do mundo”, afirma o professor.

Novo proletariado

O que será que essas mudanças no trabalho significam para as relações entre trabalhadores, propriamente? Será que existe proletariado fora do campo e da indústria?

Alguns pesquisadores defendem que o ‘verdadeiro’ trabalho é o manual. O professor Sergio Lessa, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), por exemplo, diz: “O trabalho é sempre e necessariamente trabalho manual, mesmo que entre o corpo humano e a natureza a ser transformada se interponha o maquinário ou a tecnologia mais desenvolvidas”. E ele vai além: “Todas as vezes em que se quer ampliar o trabalho, de tal modo a nele incluir as relações assalariadas ou as demais ações humanas, o resultado é, por um lado, a perda de especificidade ontológica do trabalho frente às outras práxis e, por outro, a impossibilidade de se compreender as classes sociais em suas articulações e diferenças, contradições e antagonismos”. De acordo com Lessa, o proletariado se referiria apenas a esses trabalhadores manuais – aos operários do campo e da cidade.

Mas essa visão não é unânime. Para Marcelo Badaró, o termo proletariado se refere ao conjunto de homens e mulheres expropriados de seu acesso à terra, de suas ferramentas de trabalho ou mesmo do controle sobre o seu trabalho. “Em Marx, o termo aparece quase sempre como sinônimo de classe trabalhadora: o conjunto dos que, por falta de alternativas, têm que vender sua força de trabalho para garantir a subsistência”, explica. Por isso, para o professor, o proletariado pode estar presente em todos os setores.

Globalização e mobilidade

A livre circulação de mercadorias e de capital é um tema recorrente quando se fala de globalização e de uniões supranacionais, como a União Europeia e o Mercosul. Marcela Pronko, pesquisadora da EPSJV, diz que, junto a isso, nos processos de integração supranacional há uma meta de livre circulação de trabalhadores que complementaria o ciclo de livre circulação de capital e de fatores produtivos. “No caso do Mercosul, o objetivo é que isso aconteça até 2015”, afirma a pesquisadora. Mas ela questiona como será feita essa circulação. De acordo com Marcela, levantar simplesmente as fronteiras só beneficiaria o capital, porque poderia generalizar em todos os países as desigualdades que hoje existem entre as fronteiras.

A pesquisadora diz que um exemplo claro pode ser visto no caso dos trabalhadores técnicos em saúde. “No Mercosul, temos duas situações extremas em termos dessa formação. De um lado, o Brasil, onde a formação se realiza em nível médio, com uma carga horária relativamente pequena e onde o técnico se insere no processo de trabalho com alto grau de subordinação ao profissional de nível superior. Do outro lado, o Uruguai, onde todos os técnicos também se formam, historicamente, no nível superior universitário, com formações de quatro a cinco anos de duração. Seu grau de autonomia é muito maior em relação aos outros profissionais. O que aconteceria se, de repente, as fronteiras deixassem de existir?”, questiona.

Ela explica que há alguns cenários possíveis, e um deles seria o seguinte: “No Uruguai, os técnicos devem receber uma remuneração de acordo com sua formação. Se as fronteiras se levantam, o sistema de saúde do país pode ser inundado por técnicos brasileiros, cujo custo é menor, o que desestruturaria o sistema uruguaio e criaria grandes confusões no nível das corporações”, imagina a pesquisadora. De acordo com ela, para que isso não aconteça, é preciso primeiro se conhecer como é feita a formação de trabalhadores no Mercosul, nivelando a formação ‘por cima’, e não ‘por baixo’. “Caso contrário, o processo só vai beneficiar quem tem no lucro o objetivo central da sua atuação social”, observa.

Marcela diz que o processo europeu também propiciou uma circulação intensa de trabalhadores, e que o que ocorreu no continente foi algo bem próximo à situação hipotética que ela descreveu para o Mercosul. “Trabalhadores menos qualificados de países do Leste começaram a assumir tarefas mais simples nos países ricos. Com isso, houve efeitos diversos. Em algumas ocupações, houve queda de salários e em muitos países há reações xenófobas por parte das populações. Esse tipo de reação também pode ser alimentada ao levantarmos as fronteiras do Mercosul sem cuidado”, alerta, completando: “Os mais interessados no Mercosul não estão preocupados com os trabalhadores, mas com a ampliação de mercado, com a livre circulação de mercadorias e com a ampliação de vantagens comparativas de produção”.

O sociólogo Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também defende esta posição. “As atividades de escritório, por exemplo, se proletarizaram, assim como há uma tendência de proletarização dos assalariados médios, como médicos, professores, funcionários públicos”, diz. E ele ressalta que, mesmo dentro das indústrias, o tipo de trabalho mudou. “Hoje, quando se entra numa fábrica de automóveis, existe um proletariado que opera com máquinas digitalizadas, com tecnologia informacional. Algumas fábricas exigem metalúrgicos que tenham conhecimentos básicos de inglês e de computação, porque eles não vão mais necessariamente operar transformando a matéria



Alguns pesquisadores defendem que apenas o trabalho manual é realmente trabalho

prima diretamente. Há siderúrgicas em que operários trabalham em terminais de computador, e já não mais em cima da caldeira – eles operam os equipamentos que vão transformando a matéria”, pontua.

Para Ricardo, o importante é compreender que existe uma nova morfologia do trabalho, mas que “permanece a tendência à exploração, à intensificação do trabalho e à proletarianização de amplos contingentes”. O pesquisador cita o caso dos atendentes de *telemarketing* – trabalhadores do setor de serviços que, de acordo com ele, são proletários. “Não se pode dizer, de forma alguma, que são trabalhadores dotados de autonomia. Atuam com tecnologia informacional e precisam vender serviços ou resolver problemas, mas têm um trabalho prescrito, padronizado: esses atendentes são os típicos proletários de um novo setor de serviços”, defende. Sadi dal Rosso lembra também que, em muitos casos, as condições de trabalho dos empregados do setor de serviços são tão ou mais precárias que os das atividades industriais.

Mudanças nas lutas de trabalhadores

Outra decorrência inevitável das mudanças do mundo do trabalho são as transformações nos movimentos trabalhistas. O professor Armando Boito Júnior, da Unicamp, lembra que durante toda a década de 1990 houve um debate sobre a crise ou o declínio do movimento sindical no Brasil. “Dizia-se que o movimento ficaria frágil. Como razões para isso, apresentava-se a redução do número de trabalhadores nas indústrias – como se apenas os industriais fizessem sindicalismo”, critica. Ele diz ainda que se falava na heterogeneidade dos trabalhadores, que teriam dificuldade de se perceberem enquanto classe. Mas, na análise do pesquisador, a década de 2000 foi um período de recuperação para o movimento sindical brasileiro. “Acredito que isso tenha a ver com o momento vivido pelo país. O crescimento econômico e o aumento do emprego aumentaram o moral dos trabalhadores para a luta”, diz.

De acordo com ele, no setor de serviços a organização dos trabalhadores ainda não é muito intensa, mas é por uma questão de tempo. “Qualquer novo setor demora um pouco para começar”, defende. Emanuel Melato, representante da Intersindical – organização nacional que atua com sindicatos –, considera que o setor de serviços é o que tem maior dificuldade de organização. “É muito amplo, os trabalhadores muitas vezes estão dispersos, o que dificulta a organização. Ao mesmo tempo, são fundados sindicatos para esse setor de um dia para o outro, sem a menor representatividade”, diz. Messias Melo, secretário de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), concorda: “Os sindicatos são muito pulverizados. Exemplo disso é que quase toda cidade tem um sindicato dos trabalhadores do comércio – se houvesse estaduais ou regionais, poderiam ser mais fortes”.

Apesar de avaliar que o movimento sindical esteja se recuperando no país, Boito Jr. também tem críticas. De acordo com ele, a política de envolvimento das empre-

sas acabou incluindo boa parte dos sindicatos. “Ocorreu uma mudança de prática do sindicalismo combativo, surgido nos anos 1980 e que acabou originando a CUT. Na década seguinte, houve uma adaptação. De um sindicalismo voltado para a resistência, para a luta e contra os interesses das empresas, ele passou a se adaptar”, diz, exemplificando: “A começar pelos metalúrgicos do ABC paulista, na década de 1990, que se dispuseram a negociar a implantação da reestruturação produtiva e difundiram a ideia de que os trabalhadores precisavam se preocupar com a produtividade da empresa como forma de garantir seu emprego. Hoje, com a produção triplicada e o faturamento mais ainda, as empresas mantiveram o mesmo número de empregados. Como os convenceram a suportar a exploração? Com o apoio dos sindicatos. Houve uma cooptação muito ampla que continua acontecendo”, critica.

Hoje, segundo dados do MTE, há quase 10 mil sindicatos registrados oficialmente. Além disso, são seis centrais sindicais – CUT, representando 38,23% dos trabalhadores; Força Sindical, com 13,71%; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), com 7,55%; União Geral dos Trabalhadores (UGT), com 7,19%; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com 6,69%; e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), com 5,04%. Mas há outras tantas ainda não registradas, como a Central Sindical e Popular Conlutas e a União Sindical dos Trabalhadores.

Para Sadi dal Rosso, esse número elevado de centrais pode ser um problema. “Isso poderia indicar um caminho mais forte de organização de base, mas muitas vezes significa a ocupação do espaço por grupos políticos. A verdade é que cada partido político grande tem uma central correspondente. Nesse sentido, essa fragmentação não contribui para o aumento da força nem para a melhoria das condições de trabalho”, critica. ●

Trabalho produtivo X trabalho improdutivo

Sergio Lessa, da Ufal, explica que trabalho produtivo para o capitalismo é aquele que gera ‘mais valia’, que é a diferença entre o custo da força de trabalho e o valor que ela produz – ou seja, é a base do lucro no sistema capitalista. A geração de mais valia acontece porque a força de trabalho consegue produzir um valor maior do que o necessário para comprá-la. Por exemplo: um operário que trabalha oito horas por dia pode produzir coisas que serão vendidas por um valor muito mais alto que a soma do seu salário com o valor dos meios de produção.

E, para ser produtivo, não importa se o trabalho produz bens materiais, como no caso do operário do exemplo, ou imateriais, como na saúde e na educação. No verbete ‘Trabalho produtivo e trabalho improdutivo’, do Dicionário da Educação Profissional em Saúde editado pela EPSJV, Lessa explica que “com o desenvolvimento das relações mercantis, expande-se uma nova possibilidade de valorização de capital pela exploração de alguns serviços”. “O exemplo de Marx é o do professor em uma escola privada. Outros muitos exemplos podem ser dados, inclusive os dos profissionais da saúde que trabalham nos planos de saúde e hospitais privados”, escreve Lessa. Isso porque, nesses casos – mas não quando se trata de profissionais que trabalham para o Estado – o capital vende o serviço por um valor maior do que o da força de trabalho empregada: o preço da aula é maior que o salário do professor, e o preço da consulta é maior que o do trabalho do médico.

Para Ricardo Antunes, professor da Unicamp, a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo é uma das questões mais importantes hoje. Mas ele diz que é preciso também fazer uma distinção: “Uma coisa é o que é produtivo para a humanidade, e outra é o que é produtivo para o capital. O exemplo clássico é o da bomba – destrutiva para a humanidade, é claro, mas produtiva para o capital”.

Ricardo também observa que a separação entre trabalho produtivo e improdutivo não é mais muito clara. “Agricultura, indústria e serviços não são mais três círculos totalmente separados um do outro, mas três áreas com uma grande interseção entre si. A telefonia, por exemplo, foi totalmente privatizada e criou-se uma indústria de serviços que enriquece e que trata o serviço como mercadoria”, aponta. Ele diz ainda que, hoje, o mesmo trabalhador que produz numa fábrica, por exemplo, muitas vezes é instigado a inspecionar seu próprio trabalho. “Ou seja, ele realiza horas de trabalho improdutivo dentro de uma jornada prevalentemente produtiva. O capital precisa dos dois tipos de trabalho”, defende.



Atividades do setor terciário, como saúde e educação, também podem gerar mais valia

SXC

14ª CNS: consolidação da Seguridade Social deve permeiar debates

Integração das ações
de Saúde, Previdência
e Assistência Social
é vista como
condição para bom
funcionamento do SUS

André Antunes



Conselho Nacional de Saúde

A 8ª Conferência Nacional de Saúde delimitou o SUS, que, segundo Sonia Fleury, "só pode dar certo se a seguridade social der certo"

Entender e problematizar o Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da Seguridade Social será um dos objetivos da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Segundo a conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Ruth Bittencourt, a ideia é destacar a importância da consolidação do sistema de proteção social previsto na Constituição para ampliar a qualidade do acesso ao SUS. "A saúde não se efetiva isoladamente, e é preciso discutir política, participação da comunidade e gestão do SUS para se chegar à seguridade social", afirma. Daí a inclusão do sub-eixo 'Políticas de saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade, universalidade e equidade' como um dos norteadores dos debates da Conferência, que tem como tema 'Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política e Patrimônio do Povo Brasileiro'.

Nesta reportagem, que retoma a série de matérias especiais da Revista Poli sobre a 14ª CNS, você vai saber mais sobre o modelo de Seguridade Social brasileiro, sua trajetória desde a promulgação da Constituição em 1988 e as principais dificuldades no caminho para sua consolidação.

Inovação na proteção social

A Constituição define seguridade social como "um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Sonia Fleury, professora da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que o texto inovou ao vincular cidadania a direitos sociais universais, que deveriam ser garantidos pelo Estado. No artigo 'Políticas públicas em busca da qualidade dos serviços de saúde', ela escreve: "Busca-se romper com as noções de cobertura restrita a setores inseridos no mercado formal e afrouxar os vínculos entre contribuições e benefícios, gerando mecanismos mais solidários e redistributivos. Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social, o que obriga a estender universalmente a cobertura e integrar as estruturas governamentais".

Essa integração seria garantida por meio de dois mecanismos: o Conselho Nacional da Seguridade Social (CNSS) e o Orçamento da Seguridade Social (OSS). O Conselho seria formado por representantes dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados, dos governos e dos órgãos colegiados de cada uma das três áreas que integram a Seguridade Social. Ele seria responsável pela administração do OSS, composto por contribuições incidentes sobre os trabalhadores, sobre a folha salarial, faturamento e lucro das empresas e sobre a receita oriunda de loterias. Só que o modelo nunca foi bem implementado, como diz Ruth Bittencourt: "Enquanto se discutia seguridade, os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso começaram a implantar o projeto neoliberal no Brasil: limitação de

direitos, desmonte do Estado, desregulamentação do trabalho. Então vivemos essa dicotomia, de falar em seguridade social ao mesmo tempo em que estava em curso uma contrarreforma de desmonte dos direitos sociais. Esse é o quadro em que vivemos até hoje”.

Desmonte

Criado em 1991, o CNSS tinha, entre outras atribuições, a elaboração do Orçamento da Seguridade Social, a formulação de políticas de integração entre as três áreas e o zelo pelo cumprimento da legislação pertinente à seguridade. No entanto, o conselho teve vida curta, sendo extinto por meio da Medida Provisória 1799-5/99. “Já o orçamento da seguridade social hoje só funciona atuarialmente. Ele nunca foi discutido como forma de planejamento das ações coletivamente”, diz Sonia Fleury, em entrevista à Poli. Segundo ela, a responsabilidade pelas políticas públicas da seguridade social se dispersou entre diversos ministérios, sem que tivessem sido criados mecanismos de interface. “Cada ministério trabalha de um jeito, e isso não funciona. Chegou a um ponto de a área mais débil, que é a da assistência social, ter dois ministérios [Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e Ministério da Assistência Social]”, aponta.

O financiamento da seguridade social também sofreu duros golpes. “Com o Plano Real, o governo decidiu que precisava de dinheiro para estabilizar a moeda e pagar o superávit primário. O mecanismo criado para isso foi a DRU [Desvinculação das Receitas da União], que permitiu que 20% do que deveria ser destinado à seguridade social fosse desviado para pagar os juros da dívida”, diz Sonia.

Subfinanciamento

De acordo com relatório da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), em 2010 a seguridade social teve superávit de

R\$ 58,1 bilhões. Dos R\$ 458,6 bilhões destinados à área, R\$ 61,1 bilhões foram para a Saúde, valor “muito aquém das necessidades”, segundo a Anfip. “A DRU subtraiu da Seguridade, em 2010, R\$ 45 bilhões (...) Nesse tema, lutar contra a renovação DRU, que se extingue em 2011, está na ordem do dia”, conclui o relatório.

Essa é apenas uma das demandas no sentido de fortalecer a Seguridade Social. Para Sonia Fleury, a proposta de reforma tributária em discussão no Congresso pode significar mais cortes de recursos. “Há uma proposta de desonerar a folha salarial, o que vai afetar a previdência e a Seguridade Social como um todo. O ‘cobertor está curto’ na seguridade, enquanto existem muitos que não contribuem, como setores da indústria que se beneficiam com isenções”.

Avanços

“Não há condições de se ter um sistema universal de saúde eficiente se não houver outras políticas funcionando. Sem uma política assistencial forte, as pessoas miseráveis vão ter doenças e vão parar no SUS, que só pode dar certo se a seguridade social der certo”, avalia Sonia Fleury, que considera a recente lei que consolidou o Sistema Único de Assistência Social (Suas) um passo no sentido de integrar saúde e assistência social. Ruth Bittencourt concorda. “Isso tira a assistência social da benevolência e da esfera de vontade do governo,

Sistema que organiza as ações de assistência social no Brasil, que foi consolidado por meio de uma lei aprovada pelo Congresso em junho deste ano. O sistema se baseia na implantação dos Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), que são os principais centros de atendimento à população.

A presidente Dilma Rousseff encaminhou à Câmara, no início de agosto, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/11 que prorroga a DRU até 2015. A PEC ainda deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, caso aprovada, por uma comissão especial a ser criada. Depois, seguirá para o Plenário para ser votada e, em seguida, tramitará no Senado.

e a torna uma política pública, com continuidade, garantias orçamentárias. Aprovar o Suas significa ter uma estrutura de centros de referência, de atenção básica e especializada, que trata a assistência social como direito”, explica.

Seguridade ampliada

Mas há ainda outros desafios. Para Sonia Fleury, nem bem foi implementado, o conceito de seguridade previsto na Constituição já está defasado. “Deveríamos pensar uma institucionalidade para além da seguridade social: uma articulação entre todas as políticas da ordem social, que abarca meio ambiente, educação, cultura etc. Essas áreas deveriam ter uma forma institucional de se articular e fazer políticas em conjunto”, defende. Ela lembra que a Lei Orgânica da Saúde sinaliza esse direcionamento, ao afirmar que “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”.

Ampliar o conceito de seguridade social, para Ruth Bittencourt, é importante para a definição das demandas dos órgãos que lidam com políticas sociais. “Temos que juntar todas as políticas que dão conta da qualidade de vida, articulando os conselhos dessas áreas, criando fóruns de políticas nos estados e conselhos intersetoriais. Nós queremos resgatar o Conselho Nacional de Seguridade Social, para que possamos discutir as políticas sociais de maneira integrada”, diz. ●

Técnico em Meio Ambiente

Conciliar produção e preservação ambiental é a principal preocupação desse profissional, que ainda luta para conquistar seu espaço

André Antunes

Com uma das maiores biodiversidades do planeta e reservas hídricas que perfazem mais de 13% de toda a água doce disponível no mundo, o Brasil encontra-se no centro dos debates mundiais que buscam conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Nesse contexto, qualificar profissionais não só para auxiliar na fiscalização da lei ambiental, mas também para problematizar e discutir a questão, torna-se uma prioridade. É aí que se insere o técnico em meio ambiente, que atua tanto na coleta de dados para a formulação de estudos de impacto ambiental quanto na elaboração de projetos de educação ambiental. “No Brasil, ainda estamos num caminho muito predatório, com a expansão do agronegócio, adoção de transgênicos. Isso traz preocupação, e os técnicos em meio ambiente podem vir a ser um exército de trabalhadores para colaborar no sentido de buscar novos modelos de desenvolvimento”, afirma Grácia Gondim, pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Segundo ela, a demanda pela criação da função de técnico em meio ambiente começou a ser esboçada a partir da década de 1970, com o crescimento do debate sobre a importância da preservação ambiental em nível internacional. Em 1972, na Suécia, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que estabeleceu princípios para o manejo do meio ambiente de forma racional do ponto de vista ecológico.

Legislação brasileira

No Brasil, essa preocupação culminou na aprovação da lei 9.638, em 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. “Essa preocupação vai ser incorporada pela Constituição de 1988, nos capítulos que falam de saúde e de meio ambiente, especificamente”, afirma Grácia. Em seu artigo 225, a Constituição instituiu que o poder público deve “preservar e restaurar

os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas” e “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental”.

Segundo Telson Crespo, subchefe do departamento de Engenharia Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a lei 9.605/1998, que prevê sanções penais e administrativas para pessoas físicas e jurídicas que causarem prejuízos ambientais, ajudaram a consolidar um campo de atuação para profissionais nessa área. E tudo isso teve impacto na formação.

Crespo explica que, nessa época, as escolas técnicas ofereciam uma habilitação em saneamento, que lidava com os recursos técnicos ligados aos processos de tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos. “Principalmente após a Rio 92, surgiu nos órgãos públicos e nas empresas privadas uma demanda por profissionais mais voltados para a gestão, licenciamento e educação ambiental, sobre as quais os técnicos em saneamento tinham algum conhecimento, mas não era a sua especialidade”, diz.

Diretrizes do curso

A partir daí, algumas instituições passaram a oferecer habilitações com matrizes curriculares

Realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento reuniu 108 chefes de Estado para discutir formas de aliar crescimento econômico com a preservação do meio ambiente, introduzindo a ideia de desenvolvimento sustentável. No ano que vem, a cidade será novamente sede da Conferência, que vai se chamar Rio +20.

semelhantes ao que hoje é o curso em meio ambiente, mas não havia um padrão na nomenclatura nem no conteúdo básico que deveria fazer parte da formação. Segundo Grácia Gondim, o curso só ganhou diretrizes mais definidas com a publicação, pelo Ministério da Educação (MEC), do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos em 2008. “O MEC pegou o curso técnico em saneamento e dividiu em dois: meio ambiente e controle ambiental. O curso de meio ambiente é voltado para análise, produção de dados, estudos de impacto ambiental. Já o de controle ambiental está mais ligado às análises microbiológicas e físicoquímicas”, afirma.

Segundo o Catálogo, o curso deve ter uma carga horária de, no mínimo, 800 horas – menor, portanto, do que a maioria dos cursos do eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança, que têm, no mínimo, 1200 horas. Entre as atribuições desse profissional estão: a coleta, armazenagem e interpretação de dados e documentações ambientais; colaboração na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais e o apoio à organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem.

Formação

O curso permite a adoção de inúmeras abordagens, de acordo com o perfil da instituição de ensino. No Cefet-MG, o curso é voltado para a gestão ambiental, como explica Telson Crespo. “Trabalhamos muito a aplicação da legislação como ferramenta de gestão: controle de resíduos em um município, implantação e planejamento de áreas verdes, a questão da educação ambiental comunitária, por exemplo”.

O Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) oferece o curso em três *campi* diferentes. “Em cada *campus*, existem diferenças curriculares, relacionadas com os principais setores econômicos da região. No Rio, o curso é voltado para as indústrias de médio e gran-

de porte, focado na gestão ambiental e no controle de qualidade. Em Arraial do Cabo, uma região costeira, o aluno estuda ecologia e diagnósticos de balneabilidade de sistemas costeiros. Já em Pinheiral, que fica no interior e é forte no ecoturismo, o enfoque é na botânica e na conservação ambiental”, explica Rachel Nasser, pró-reitora adjunta de ensino médio e técnico do IFRJ.

“Isso é interessante, porque você pode usar o arranjo produtivo para contextualizar a questão do meio ambiente durante o curso. Além do mais, não podemos formar um técnico dissociado dos processos produtivos”, afirma Grácia. A pesquisadora, no entanto, faz uma ressalva: “O problema é que muitos cursos técnicos só formam para o emprego. É importante que o técnico tenha valores e preocupações mais abrangentes. A questão ambiental não é simplesmente retirar e repor da natureza, mas entender que por trás disso há um modelo de desenvolvimento predatório. A ideia é que o técnico possa pensar isso e propor caminhos diferentes”.

Hoje, ele ainda não é oferecido pelas escolas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto Educação Profissional nos Territórios de Manguinhos e Mata Atlântica (Terramata), da EPSJV, vem discutindo temas referentes a formação dos técnicos em meio ambiente junto a moradores e movimentos sociais, com foco no território.

Possibilidades de atuação

De acordo com Grácia, o técnico em meio ambiente pode trabalhar em instituições públicas, na iniciativa privada, em organizações não governamentais (ONGs) e unidades de conservação ambiental. Entretanto, no SUS, a atuação ainda é limitada. “Na verdade, ainda não há um ordenamento dessa habilitação dentro da Saúde”, explica a pesquisadora. Ela afirma que, embora o curso possua áreas em comum com a habilitação em vigilância em saúde, o técnico em meio ambiente não pode desempenhar as mesmas funções desse profissional dentro do SUS.

Disputa por vagas

Embora o MEC faça distinção entre os cursos de meio ambiente e controle ambiental, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) as duas funções estão agrupadas sob a mesma nomenclatura, de Técnico de Controle de Meio Ambiente, e é comum profissionais formados nessas duas áreas disputarem as mesmas vagas. É o que afirma Diego Correia, técnico em meio ambiente formado pelo IFRJ em 2008. “Essa disputa ocorre até mesmo com os técnicos em Química. Acho que isso acontece porque o curso é relativamente novo e muitos empregadores não conhecem as atividades que nós podemos realizar”, afirma.

Caso venha um dia a ser aprovado, o projeto de lei 1105/2007, que regulamenta a profissão de Técnico em Meio Ambiente, deve contribuir para consolidar um nicho para os profissionais da área. Embora tenha sido arquivado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em janeiro deste ano, há a possibilidade de o projeto ser reapresentado em futuras legislaturas. Ele estabelece quais as principais funções que o técnico está apto a desempenhar e suas áreas de atuação, nas empresas privadas, ONGs, órgãos públicos e unidades de conservação ambiental, além de instituir a obrigatoriedade da formação profissional para desempenhar a função. Entre as atribuições do técnico previstas no texto, estão: atuar na minimização de impactos ambientais; analisar os parâmetros de qualidade ambiental e níveis de qualidade de vida vigentes e as novas propostas de desenvolvimento sustentável; participar do Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e participar na elaboração de Licenciamento Ambiental e Autorização Ambiental de Funcionamento de novos empreendimentos. ●

Cabeça decepada

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios (...). Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles.

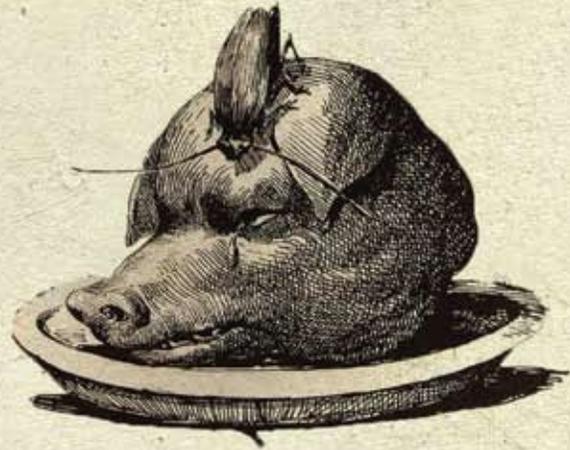
Pode parecer estranho, mas essas frases estão numa tese de doutorado – a de Barata Ribeiro, em 1877. Apenas 15 anos mais tarde ele foi nomeado prefeito do Rio de Janeiro, então capital federal, e pôde colocar em prática seu próprio conselho. Já em 1893, comandou a primeira grande ação nesse sentido: a demolição do Cabeça de Porco, o mais famoso cortiço carioca da época.

A coisa toda foi tão rápida (a intimação para a saída dos moradores fora feita apenas três dias antes), que muita gente ia saindo das casinhas, carregando móveis, roupas e colchões, ao mesmo tempo em que a demolição começava. Na Revista Illustrada, com a figura de uma cabeça de porco sendo comida por uma barata, o caso foi contado nesses versos:

Era de ferro a cabeça,
De tal poder infinito
Que, se bem nos pareça,
Devia ser de granito.

(...)

Mas eis que um dia a barata,
Deu-lhe na telha almoçá-la,
E assim foi, sem paratata,
Roendo, até devorá-la!



A justificativa para acabar com os cortiços era a saúde pública – para Barata Ribeiro, essas habitações ajudavam a propagar doenças como a febre amarela. Mas a pesquisadora Lilian Vaz descreve um fenômeno interessante: “Os empresários-construtores procuraram realizar grandes obras públicas (alargamento, retificação, abertura de ruas, aterros, túneis etc.) em zonas de concentração de cortiços, valorizando a terra até então desvalorizada”.

Fonte: Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial, de Sidney Chalhoub.

Anos depois, na mesma cidade...

“Para os interesses empresariais envolvidos na construção e remodelamento da região, as comunidades precisam ser removidas porque elas representam um empecilho à ‘limpeza’ da área. E a prefeitura absorve e adota essa posição como diretriz ao afirmar que essas comunidades têm que ser removidas e não urbanizadas”.

Raquel Rolnik, urbanista, sobre os projetos de remoção em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, para as Olimpíadas de 2016.

PRA LEMBRAR

19 de setembro

Foi publicada em 1990 a Lei nº 8.080, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS).

24 de outubro

O Golpe de 1930 depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes – o outro candidato era Getúlio Vargas, que assumiu, em novembro, o governo ‘provisório’.

Planos de Saúde

Como atua o setor privado nos países com sistemas universais de saúde?

André Antunes



Em reportagem publicada na edição nº 17 da Revista Poli, falamos sobre a atuação dos planos privados de saúde e sua relação com o sistema público no Brasil. Ali você ficou sabendo um pouco mais sobre os mecanismos que permitiram a expansão desse setor, que, segundo dados do site da Organização Mundial da Saúde (OMS), movimentou, em 2009, R\$ 63,6 bilhões no Brasil. Isso quer dizer que 22,4% do gasto total com saúde naquele ano foi com planos e seguros privados, que cobrem em torno de 25% da população brasileira, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). São números expressivos em um país com um sistema público universal, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas de que forma se dá essa dinâmica entre o público e o privado na saúde em países que, assim como o Brasil, possuem sistemas universais? Para responder a essa pergunta, esta matéria apresenta a situação de dois países onde a saúde é considerada dever do Estado: Reino Unido e Canadá.

Panorama

O *National Health Service* (NHS), como é chamado o sistema de saúde do Reino Unido, foi implementado em 1948 sob os princípios de universalidade, equidade e inte-

gralidade. Os serviços, financiados por impostos federais, são gratuitos, com exceção de alguns tratamentos dentários e oftalmológicos e da distribuição de medicamentos, para os quais estão previstas taxas, pagas pelos usuários.

Os serviços são providos majoritariamente por servidores do Estado, em instalações públicas. O cuidado primário, no entanto, é feito por médicos generalistas autônomos que recebem do governo com base no número de pacientes atendidos.

Cerca de 12% da população do país possui planos de saúde. Planos privados pagos por empresas a seus funcionários respondem por aproximadamente 75% desse mercado.

Os dados estão no relatório *Health Systems in Transition*, ou HiT (Sistemas de Saúde em Transição), publicado em 2011 pelo Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde, ligado à OMS.

No Canadá, segundo o HiT de 2005, o sistema de saúde, chamado de *Medicare*, é baseado no financiamento público dos serviços, que são providos por instituições privadas sem fins lucrativos. Os médicos, tanto clínicos gerais quanto os especialistas, são autônomos e recebem de acordo com o número de pacientes que atendem. Consolidado em 1984, o sistema é descentralizado: cada uma das províncias e territórios do país tem autonomia para pla-

nejar, gerir e prover o atendimento à população. Todo cidadão canadense tem direito ao seguro-saúde oferecido pelo Estado, que é custeado por meio de impostos federais, provinciais e sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas.

O seguro público não cobre alguns tratamentos oftalmológicos, dentários e nem tratamentos considerados não-essenciais, como o psicológico. Além disso, pouco mais da metade dos medicamentos também está fora da área de cobertura do seguro público.

Por conta disso, em 2004, de acordo com estimativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 65% da população tinha algum tipo de seguro de saúde privado, usado para custear, parcial ou totalmente, os procedimentos não cobertos pelo *Medicare*. A maioria é paga por empresas, associações comerciais e sindicatos, e faz parte de um pacote de benefício considerado compulsório, ou seja, que os trabalhadores não podem recusar.

Consenso

“Cada país tem uma história diferente na construção de seus sistemas de saúde, mas o que eles têm em comum é uma compreensão consolidada por parte da população de que é melhor ter saúde universal do que deixar essa esfera para ser explorada pelo mercado”, afirma Lígia Bahia, doutora em saúde pública e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No caso da Inglaterra, afirma Lígia, essa ideia ganhou força a partir do final da 2ª Guerra Mundial. “Com o fim da guerra, a Inglaterra era um país devastado, e as elites tiveram que ficar nos mesmos abrigos anti-aéreos da população mais pobre. Então eles têm uma experiência de solidariedade diferente de um país como o nosso”, diz. O contexto da Guerra Fria, com a ameaça do comunismo sobre os países capitalistas, também foi importante nesse sentido, segundo a professora. “A Inglaterra construiu uma política

nacional de seguridade social, com a articulação de direitos sociais amplos, também porque havia uma ideia de prevenção para que não houvesse grandes revoluções sociais”, ressalta.

Essa maior coesão social em torno da saúde pública tem reflexos nas políticas sociais e na regulamentação do setor privado de saúde nesses países. “Na Inglaterra não existem planos privados para funcionários públicos e nem subsídios do governo para o setor privado. Os planos de saúde são usados principalmente para fazer cirurgias estéticas não-reparadoras ou por pessoas que viajam muito e precisam ser atendidas fora do país. É diferente do que acontece no Brasil, onde o próprio governo financia o setor privado comprando planos de saúde para os funcionários públicos, deduz o imposto de renda de quem compra os planos, e onde, portanto, não há uma base de apoio para a universalização da saúde”, afirma. O NHS, diz Lígia, possui uma ampla base de apoio, já que é o maior empregador da Europa, com cerca de 1,7 milhão de funcionários.

Já no Canadá, assim como no Brasil, existem deduções no imposto de renda de quem adquire planos de saúde, de acordo com o relatório HiT. No entanto, como lembra Lígia, naquele país os planos de saúde não podem oferecer os serviços disponíveis no sistema público. Não existe, portanto, competição entre o público e o privado no provimento dos serviços de saúde. As províncias adotam mecanismos diferentes para impedir que os planos privados ofereçam serviços cobertos pelo *Medicare*, como explica o HiT: das dez províncias, seis proíbem a prática e as outras quatro adotam estratégias como a proibição de que o setor privado cobre mais do que o preço tabelado pelo governo. Além disso, os médicos são proibidos de trabalhar ao mesmo tempo no setor público e no privado.

Composição dos gastos

Dados do site da OMS mostram que, em 2009, o Reino Unido gastou 9,36% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com a saúde, um gasto *per capita* de US\$ 3.399. O governo arcou com 83,6% desse valor, com o gasto privado perfazendo 16,4% do total. Aí estão incluídos os gastos da população com remédios e serviços para os quais o NHS exige o pagamento de taxas, além dos gastos com planos privados, que representaram apenas 1,1% da parcela do PIB gasta com a saúde no Reino Unido naquele ano.

O Canadá, por sua vez, destinou quase 11% de seu PIB para a saúde, ou US\$ 4.195 por habitante. Os gastos públicos responderam por 68,7% desse valor. Nos 31,3% restantes, estão incluídas as despesas dos canadenses com os tratamentos que não são cobertos pelo *Medicare* e com remédios. Em relação ao PIB, o gasto com planos privados representou 13,5% do total destinado à saúde.

Já o Brasil gastou 9% de seu PIB com saúde em 2009, ou US\$ 943 per capita, sendo que 45,7% desse valor foi proveniente do governo. Nessa conta estão incluídos tanto o dinheiro investido nos empreendimentos diretamente administrados pelos governos federal, estadual ou municipal quanto naqueles que prestam serviços ao SUS, mas que são administrados pela iniciativa privada, como as Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), por exemplo.

A professora Maria Rita Bertolozzi, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), explica que a análise da composição dos gastos com saúde é importante para avaliar o desempenho do sistema de saúde de cada país. “Nem sempre gastar mais reflete uma boa saúde, haja vista o caso de Cuba, que não é um país desenvolvido e tem um sistema universal com bons indicadores”, opina. Para ilustrar seu argumento, ela cita os EUA, onde o atendimento à saúde é altamente privatizado. Em 2009, segundo a OCDE, os gastos com saúde nos EUA representaram 17,4% do PIB, ou

quase US\$ 8 mil por habitante. No entanto, apenas 47,7% desse valor foi desembolsado pelo governo, que financia a compra de seguros privados para os habitantes acima de 65 anos e para pessoas de baixa renda. No entanto, apesar dos gastos maiores, os EUA apresentaram indicadores de saúde piores do que o Canadá e o Reino Unido. Com menos da metade do gasto per capita dos EUA, o Reino Unido teve, em 2009, uma expectativa de vida de 80,4 anos e uma taxa de mortalidade infantil de 4,6 óbitos a cada 1000 nascimentos. Nos EUA, a expectativa de vida ao nascer naquele ano foi de 78,2 anos e a taxa de mortalidade infantil foi de 6,2‰. “O que os sistemas financiados pelo governo têm em comum é uma ênfase maior na promoção da saúde e na prevenção das doenças, sem tornar o hospital e a medicalização como eixo central. Com isso eles conseguem indicadores melhores com menos recursos, que são utilizados apropriadamente”, aponta Maria Rita.

Para Carlos Octávio Ocké-Reis, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o baixo desempenho dos EUA na comparação com países com sistemas universais é consequência do modelo privado de atendimento à saúde. “O modelo baseado no lucro tem efeitos perversos na qualidade do atendimento, por conta dos custos crescentes, que pressionam os lucros. Se por um lado as empresas privadas investem em tecnologias para atrair clientes, de outro elas adotam técnicas gerenciais para restringir o acesso a esses serviços”, aponta.

Ataques

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento de Saúde britânico, em 2004, 98% dos pacientes do NHS conseguiam atendimento primário em 24 horas e 92,7% recebiam atendimento de urgência e emergência em, no máximo, quatro horas. Além disso, o prazo para

agendamento de exames e de consultas era de 17 semanas. O prazo para agendamento de cirurgias era de, no máximo, nove meses. No Canadá, por sua vez, pesquisa de uma agência de estatísticas mostrou, em 2003, que 86,8% da população considerava o sistema público bom ou excelente.

Entretanto, os bons resultados não impedem que os sistemas sejam questionados. Segundo Maria Rita Bertolozzi, o sistema de saúde britânico sofre ataques desde a década de 1970. “Com as crises do petróleo, a direita passou a criticar o Estado de Bem-Estar Social, que era responsabilizado pelos altos impostos. Na década de 1980, com a ascensão do Partido Conservador, começou um processo de erosão do NHS, com a ideia de introduzir o mercado privado, que supostamente traria um aumento na qualidade e rapidez do atendimento”, afirma. Segundo ela, essas ideias ganharam corpo com a crise econômica de 2008, e hoje o país discute novamente a implementação de medidas privatizantes. “É uma fantasia pensar que o setor privado provê melhor e com mais qualidade do que sistemas públicos”, critica Maria Rita.

No Canadá, como aponta o relatório HiT, setores da sociedade também pressionam o governo para suspender os entraves aos planos privados no sistema de saúde do país e à cobrança de taxas extras, sob a justificativa de que isso iria diminuir o tempo de espera para alguns procedimentos. Em 2005, a Suprema Corte do Canadá decidiu que a província de Quebec teria que diminuir o tempo de espera por serviços cobertos pelo *Medicare* ou então permitir que eles fossem feitos no setor privado. Essa demanda acabou se espalhando por outras províncias. Em um artigo de 2008 publicado no site do *Canadian Medical Association Journal* (Revista da Associação Médica Canadense), Marcia Angell, professora da Universidade de Medicina de Harvard, defende a continuidade do sistema. “Privatizar o sistema de saúde canadense, mesmo que só um pouco, vai inevitavelmente causar um aumento dos custos e uma queda no acesso. A escolha mais sábia para o Canadá é expandir e reforçar seu sistema público, e não reduzi-lo”, conclui.

O relatório *Private Health Insurance in OECD Countries* (Seguros de saúde privados nos países da OCDE), de 2004, que analisa a atuação do setor privado nos países-membros, desmonta alguns argumentos usados para atacar os sistemas públicos. Segundo o relatório, a ideia de que o setor privado contribui para diminuir os custos do sistema público não se sustenta. “Pessoas com planos privados muitas vezes tendem a continuar a utilizar os serviços financiados pelo governo, uma vez que os hospitais privados focam seu atendimento em um espectro limitado de serviços eletivos, legando a responsabilidade pelos serviços mais caros aos programas públicos”, aponta. Além disso, o relatório também conclui que os planos privados não aumentaram a eficiência do atendimento à saúde nos países da OCDE, uma vez que é mais atraente para as seguradoras empregar mecanismos para selecionar pacientes com menores riscos de saúde e remanejar custos do que investir na melhoria da relação custo-benefício do atendimento.

Crise e perspectivas

Para Ligia Bahia, o setor privado de saúde tende a se expandir por conta da crise econômica que afeta muitos países da Europa e os EUA. “Os sistemas universais são caros, eles gastam muitos recursos do PIB. Nesse momento de crise há uma pressão maior, tanto que Portugal e Espanha já reduziram seus gastos com saúde. Ao mesmo tempo, os setores privados pressionam nesses momentos de crise para reentrar nos sistemas”, diz. Já Carlos Octávio identifica dois caminhos possíveis: “Com a crise, o diagnóstico pode ser o de reduzir os gastos sociais para refrear o gasto público, ou então pode ser que haja a retomada de um ideário que busque frear essas políticas neoliberais e a globalização, que estão na origem da crise”, avalia. ●

ORLANDO DOS SANTOS JUNIOR

‘Um aspecto fundamental da reforma urbana é o direito de todos dizerem que cidade desejam’

Cátia Guimarães

Dez anos atrás foi aprovada a lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade. Considerado um importante avanço como marco legal para um projeto mais igualitário de cidade, o Estatuto, apesar de completar uma década, ainda não pode ser considerado implementado na prática. Além disso, ele tem sido flexibilizado em função dos interesses econômicos das cidades, que se intensificam em função de megaeventos como o Copa do Mundo, que o Brasil sediará em 2014. Essas e outras análises são feitas pelo professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ Orlando dos Santos Junior, cientista social com mestrado e doutorado em planejamento urbano e integrante do Observatório das Metrópoles, grupo de pesquisa que envolve diversas instituições. Ele exemplifica: “É absolutamente criminosa a forma como têm ocorrido as remoções no Brasil”. Resumindo o ideário da reforma urbana como defesa do direito à moradia, da regulação pública do solo e da gestão democrática da cidade, nesta entrevista, Orlando faz um balanço desses anos e analisa as mudanças nas formas de opressão e resistência da cidade contemporânea.

Reforma agrária diz respeito à distribuição da terra como direito a moradia, mas também ao trabalho. E a reforma urbana?

É preciso destacar o fato de o Brasil ter sido caracterizado até muito recentemente como um país fortemente agrário. Só muito recentemente nos transformamos num país urbano. Por isso, temos muito mais tradição de pesquisa vinculada à temática agrária do que à urbana.

A reforma urbana é uma construção conceitual, não é um dado objetivo, e algumas questões-chave se traduzem nessa ideia. Por exemplo, acesso à moradia e ao solo urbano: tal como na questão agrária, temos um problema distributivo, não vinculado ao trabalho, mas vinculado à reprodução social, ao direito a morar num lugar com dignidade. Mas temos também problemáticas específicas vinculadas à forma como ocorre a produção das benfeitorias urbanas, do solo urbano e da moradia nas cidades. Porque, diferentemente da terra no campo, na cidade eu não tenho imediatamente a terra apropriada para moradia. Uma terra que não seja produzida no sentido de se tornar passível para fins de moradia não pode ser apropriada. Por isso torna-se fundamental a regulamentação pública do solo urbano. A problemática envolve uma enormidade de agentes que estão ligados à produção dessas benfeitorias e das moradias – agentes fundiários, imobiliários, prestadores de serviços, financeiros. A reforma urbana formula justamente isso: a necessidade de regulação pública da produção e gestão do solo urbano e da moradia. Esse é o segundo ponto. O terceiro é a forma como a cidade se organiza. A cidade também tem influência na nossa forma de vida cotidiana. Um exemplo básico: se você morar num bairro ou num prédio de baixa densidade, isso vai mudar a interação social que você estabelece. A forma como a cidade está construída e organizada incide sob a forma de vida das pessoas. A cidade que temos hoje é a expressão da sociedade capitalista. E a sociedade capitalista, para se reproduzir, precisa obrigatoriamente destruir as cidades que não estão moldadas à sua alma e à sua lógica, e reconstruir novas cidades que sejam exatamente a sua expressão. A reforma urbana propõe reconhecer que a forma como a cidade se organiza, a gestão da cidade e a própria forma física da cidade deve estar subordinada a uma radical democracia, na qual a população possa efetivamente dizer em que cidade deseja morar e como a cidade deve funcionar. Portanto, um aspecto fundamental da reforma urbana é o direito de todos dizerem que cidade desejam e, inclusive, o direito de destruir essa cidade e construir outra, que seja expressão de uma nova sociedade, mais justa, mais solidária e mais humana.



Qual a importância do Estatuto da Cidade para a reforma urbana?

O ideário do direito à cidade se expressa numa plataforma política que se traduz institucionalmente numa série de lutas: a associação de moradores que está lutando por uma linha de ônibus, a creche, o posto de saúde... E se expressa também em leis. O Estatuto da Cidade é a expressão mais próxima, no plano institucional, desse ideário do direito à cidade. Há avanços no que diz respeito ao reconhecimento do direito à moradia, à reprodução social na cidade, à regulação pública do solo urbano e à gestão democrática. Trata-se de um ideário anticapitalista porque parte da crítica à cidade capitalista e da impossibilidade de, sob o capitalismo, termos efetivamente uma cidade justa e democrática para todos. O Estatuto, no plano institucional, representa um avanço nessa perspectiva, mas o ideário não se expressa efetivamente nesse plano. Reconhecendo que o Estatuto é um avanço, primeiro temos que considerar que ele está implantado há muito pouco tempo – dez anos. Depois, é preciso lembrar que a política urbana é implantada pelos municípios. O próprio Estatuto estabeleceu um prazo que venceu há muito pouco tempo para que os municípios elaborassem ou atualizassem seus planos diretores, adaptando-os a essa nova legislação. Mas estamos muito longe de torná-lo uma realidade. No que tange à gestão democrática, quase nada está sendo efetivamente implementado quando olhamos o nosso país na sua totalidade. O Estatuto estabelece, por exemplo, que nenhuma Câmara de Vereadores pode aprovar o orçamento municipal sem fazer audiência pública. Me diz qual é a que faz. Nenhum projeto urbano pode ser implementado sem a participação da população envolvida. Eu pergunto: onde está o Estatuto quando você olha as obras ligadas aos megaeventos – Copa do Mundo, Olimpíadas? Em que medida as comunidades estão participando dos projetos implementados nas áreas onde elas

moram? Conselhos da Cidade são muito poucos aqueles que estão implementados e funcionando. Há ainda uma longa estrada para tornar efetivos esses instrumentos vinculados à gestão democrática.

Como a saúde e o meio ambiente aparecem na pauta de reivindicações da reforma urbana?

A agenda da saúde, da educação, da cultura aparece associada ao direito de se reproduzir dignamente na cidade. No Brasil o tema da saúde está fortemente vinculado aos movimentos populares urbanos. E, nas condições desiguais nas quais vivemos, a saúde passa a ter uma importância maior ainda, já que os efeitos dessas desigualdades se refletem nas condições de saúde da população. A questão ambiental, pouco a pouco, tem sido um tema central na agenda da reforma urbana. Não é simples esse casamento entre a questão urbana e a questão ambiental. Porque a população excluída do mercado imobiliário, em geral, ocupou áreas ambientalmente sensíveis. Então, há uma tensão entre a agenda ambiental e a agenda urbana no que se refere a como pensar a situação da população que ocupa áreas de preservação ambiental. Mas a meu ver há um problema mais profundo. A tradição do movimento ambientalista no Brasil é preservacionista e a tradição do movimento urbano pensa a questão ambiental a partir da dicotomia entre agenda verde e agenda marrom. Agenda marrom seriam os resíduos sólidos, os dejetos, os efeitos da vida urbana sobre o meio ambiente. A agenda verde seria a agenda da preservação. Eu acho que é perversa essa dicotomia, o desafio é superá-la, pensando a integração dessa dupla temática (preservação ambiental e vida urbana), mas ir além dessa integração e pensar a própria sustentabilidade ambiental no meio urbano. Ou seja, em outras palavras: a favela tem que ser um tema ambiental. Por que não pensar a própria ocupação urbana, a casa, a rua, a forma de vida na favela, na cidade, no asfalto, como uma questão ambiental, como uma questão de sustentabilidade?

Alguns estudos apontam uma mudança na concepção de cidade, que se tornou cidade-empresa. Isso é novo ou é inerente à cidade capitalista?

A meu ver, é inerente à cidade capitalista, mas essa metáfora me parece interessante para pensar o novo padrão de governança urbana que emerge na cidade na contemporaneidade. Não é nova a ideia de que a cidade seja empresa no sentido de estar moldada aos interesses do capital. No entanto, o principal ator para garantir a cidade-negócio até muito recentemente era o Estado Nacional. Não era o governo local que emergia como um ator na disputa por capitais, pelo financiamento, pela inserção internacional. Então, há uma mudança na governança das cidades, de um padrão mais administrativo para um padrão mais empreendedorista, e a cidade passa a ser administrada como se fosse uma empresa.

Esse modelo traz oportunidades de mudança para as cidades? Ou traz obstáculos aos princípios da reforma urbana?

Na medida em que surgem contestações, conflitos, movimentos sociais, espaços de questionamento sobre a forma como a cidade é gerida, surgem oportunidades, espaços de esperança de transformação dessas cidades. As cidades que tínhamos no passado produziram a segregação urbana, as desigualdades, as exclusões, doença e morte – tudo que criticávamos. Portanto, eram também muito distantes do ideário da reforma urbana. A meu ver, a cidade-empresa não é nem melhor nem pior do que a do momento anterior: representa uma mudança nas formas de dominação, de exploração, na forma como a cidade se organiza a serviço do capital. O modelo anterior também não produziu só exploração e exclusão. Ele não se

sustentaria se fosse só isso. Também produziu algum grau de integração, mesmo na subordinação; produziu uma cidade que também permitiu ampliar a qualidade de vida para parcelas consideráveis das sociedades. Tal como o anterior, o modelo atual também não se sustentaria se fosse só da perversão. Ele também tem as suas formas de integração e inclusão social. Tentando provocar a nossa reflexão, poderíamos tratar a cidade moderna criada pelo capitalismo industrial como uma cidade que também produziu a nossa anomia, o nosso isolamento. Talvez a cidade do empreendedorismo urbano seja menos caracterizada por esse isolamento porque requer formas de mobilização dos cidadãos em torno de certos valores – nessa perspectiva do empreendedorismo, é valorizada a imagem da cidade como mais próxima do cidadão. E isso talvez gere movimentos que permitam certos avanços ou novas perspectivas integradoras na cidade. Tanto no passado quanto no presente ou no futuro, as possibilidades abertas de integração ou os processos de dominação, subordinação e exclusão vão ser definidos pelo conflito social.

Que papel a periferia e as favelas desempenham nessa nova cidade-empresa?

A periferia desempenha um papel fundamental. As favelas, eu acho que, dependendo do lugar, representam um incômodo. A periferia está sendo redefinida. As favelas eram periferia também: lugares onde as condições de apropriação do solo não estavam dadas, rejeitados pelo mercado, que foram ocupados em condições sub-humanas ou não adequadas pela população de baixa renda que não tinha como acessar moradia pelo mercado formal. Esses lugares, por conta do conflito social, das reivindicações, das lutas, ou do clientelismo, foram mais ou menos integrados à cidade: hoje têm rede de luz, água... De um lado, a dinâmica da cidade passa a sofrer influência dessas áreas – a violência é uma das razões, mas não a única. As favelas estão em áreas nobres, onde se con-

centra uma certa elite. E a reestruturação dessas áreas passa a ser fundamental para a dinâmica de valorização da cidade. É preciso dar um jeito nas favelas. No Rio de Janeiro, a UPP, a meu ver, é uma das respostas, associada ao projeto de urbanização das áreas centrais, à expansão para a Zona Oeste e à construção de moradia popular para a população pobre bem longe. Porque não se consegue conter, urbanizar e mesmo eliminar certas favelas, urbanizar áreas centrais e expandir para outras regiões, se não houver oferta de moradia popular longe dali. Eu estou falando explicitamente do Rio de Janeiro mas, como relator do Direito à Cidade, fiz a missão a São Paulo no final de 2009 e lá encontrei exatamente a mesma coisa: urbanização e reestruturação das áreas centrais, produção de solo urbano que, para ser apropriado pelo mercado imobiliário na dinâmica de valorização do capital, precisa retirar os pobres. Se você vai para Teresina, onde nós também fizemos a missão, ou outras grandes cidades brasileiras, vai encontrar processos muito similares. A cidade tem que ser atrativa para que os agentes invistam. E, na visão desses agentes, a pobreza, obviamente, não está incluída.

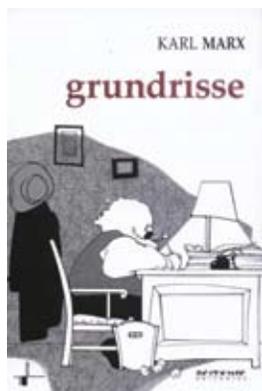
Programas habitacionais como o ‘Minha Casa, Minha Vida’ desempenham essa função de retirar os pobres do centro e colocá-los na periferia?

Sim e não. De um lado, o ‘Minha Casa, Minha Vida’ expressa, pela primeira vez na nossa história recente, um programa de habitação popular reconhecido como política habitacional, não como política de assistência. E reconhece a responsabilidade do Estado no provimento habitacional para a população de baixa renda que não consegue acessar moradia via mercado. E, em parte, minoritariamente, esse programa também engaja movimentos de moradia vinculados à autogestão, produção habitacional, fortalece atores na sociedade. No entanto, é óbvio que ele também é apropriado pelos interesses capitalistas privados. Quem controla a terra? Os agentes que controlam a produção de moradia no Brasil se apropriam do subsídio público: há casas que poderiam ser construídas pela metade do preço pelo qual efetivamente são feitas pelos agentes imobiliários. Eu lho desafio a identificar programas ‘Minha Casa, Minha Vida’, para baixa renda, em áreas centrais, em qualquer capital do Brasil. Você vai encontrar uma aqui, outra ali. Em geral, são conjuntos habitacionais construídos nas áreas periféricas. Eu vou dizer com isso que o programa representa um atraso? Não. Porque, efetivamente, para parcela não desprezível – não vou dizer que é a maioria ou minoria, porque teríamos que fazer uma pesquisa – da população que vai para essas novas áreas, esse programa pode representar uma brutal melhoria na qualidade de vida. Mas para parcela considerável dessa população, pode significar perda de vínculos e relações sociais; pode significar uma decadência na qualidade de vida, incidindo, inclusive, na impossibilidade da sua reprodução ali, o que vai levar partes dessas famílias a venderem esse imóvel e irem para outras favelas, periferias, lugares desprezados pelo mercado imobiliário. Eu tenho tido a oportunidade de ir a campo, com essa história das remoções, e tenho escutado dos moradores diferentes opiniões sobre o significado dos processos de reassentamento. Agora, remoção como tem sido efetivamente praticada no Brasil é crime – com desrespeito aos direitos básicos do cidadão, desrespeito ao Estatuto da Cidade em relação ao direito à moradia, não reconhecimento da posse...

Isso se dá historicamente ou há uma intensificação com os megaeventos?

Tem acontecido historicamente, mas com uma absoluta intensificação por conta dos megaeventos. Os pequenos avanços que foram alcançados ao longo dos últimos anos, com o Estatuto da Cidade, com a resolução sobre conflitos aprovada pelos Conselhos das Cidades, são atropelados pelos procedimentos que vêm sendo adotados pelos governos envolvidos com as intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas. ●

O laboratório de Marx



Foi lançada recentemente pela Editora Boitempo, em coedição com a Editora UFRJ, a tradução brasileira dos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, manuscritos preparatórios de Marx para *O Capital*. Aqueles que não conhecem o trajeto marxiano podem talvez se perguntar qual seria o sentido do investimento na leitura destes manuscritos, uma vez que a versão posterior do texto (o próprio *O Capital*) já foi publicada. Contudo, é imprescindível frisar que existem elaborações e desenvolvimentos conceituais de Marx que

só podem ser encontrados nos *Grundrisse*. Redigido entre 1857 e 1858, o texto tem valor próprio; trata-se de uma espécie de laboratório conceitual do próprio Marx, que ali pode ser surpreendido na gestação mesma de seu pensamento. Dentre a riqueza de questões nele presentes – virtualmente impossível de ser resumida –, destacamos apenas algumas delas.

Inicialmente, recordemos que os *Grundrisse* oferecem abundante material sobre a interlocução de Marx com Hegel (uma relação de “amor-ódio” aflitiva, nas palavras de H. G. Flickinger), sua matriz filosófica mais duradoura. Sabe-se hoje que houve uma absorção, sem dúvida crítica, de várias elaborações hegelianas por parte de Marx, principalmente no que diz respeito à construção lógica do argumento (que por fim se revela intimamente ligada ao seu próprio conteúdo). Assim é que é o leitor de *A ciência da lógica* – obra magna do mestre de Jena – ficará surpreso ao deparar-se com alguns motivos desta obra modificados e reconstruídos no texto do próprio Marx. Foi o que ocorreu com as famosas determinações reflexionantes (como forma/conteúdo, aparência/essência, imediatividade/mediação, etc), pares de conceitos nos quais, muito brevemente falando, um dos termos é definido mediante sua referência ao outro, pois “a verdade deles, dizia Hegel, é a sua relação”. Tal entendimento reescreve de modo profundo a tradição filosófica anterior que afirmava uma dada essência como realidade auto-contida. E, no que toca ao debate propriamente econômico, explica também a recusa de Marx em, por exemplo, isolar a esfera da produção da do consumo, preferindo evidenciar sua intrínseca interdependência (mesmo que o chamado *momento predominante* caiba à primeira).

Ainda em sua interlocução crítica com Hegel, são particularmente impactantes nos *Grundrisse* aquelas passagens que discutem a lógica peculiar e contraditória do processo histórico. Vejamos como o texto formula, a este respeito, a diferença entre o capital formado através da poupança por parte do próprio capitalista daquele outro, posterior, que já é o resultado do processo de acumulação efetivado: “Para devir, o capital não parte mais de pressupostos, mas ele próprio é pressuposto, e, partindo de si mesmo, cria os pressupostos de sua própria conservação e crescimento. Por isso, as condições que precediam à criação do capital

excedente I,(...), não pertencem à esfera do modo de produção ao qual o capital serve de pressuposto; situam-se por detrás dele como etapas históricas preparatórias de seu devir, da mesma maneira que os processos pelos quais passou a Terra, de um mar líquido de fogo e vapor à sua forma atual, situam-se além de sua vida como Terra já acabada.” (p.378). Seguindo esta via, eis que nos deparamos com a espessura de uma ontologia encaçada no interior mesmo do debate com a economia política. É uma concepção do ser como processualidade que se manifesta com força no texto marxiano, só que agora, de modo distinto do que ocorria com Hegel, em bases decididamente materialistas. Até porque em Marx é o trabalho humano – e não o Espírito – o responsável pela constituição do mundo objetivo tal como o conhecemos hoje (“mas o trabalho é e continua sendo o pressuposto” p. 323).

Muito já se escreveu sobre as aquisições metodológicas presentes nos *Grundrisse*. Sobre isso, é valiosa a indicação existente na carta de Marx a Ferdinand Lassalle (de 22/02/1858). Nela, referindo-se precisamente ao texto em questão, podemos ler: “o trabalho que me ocupa no momento é uma crítica das categorias econômicas ou, *if you like*, uma exposição crítica do sistema da economia burguesa. É ao mesmo tempo uma exposição e, do mesmo modo, uma crítica do sistema.” Tal passagem reitera o antigo desejo de Marx – nem sempre alcançado – em reunir num só movimento a *exposição* e a *crítica* das categorias econômicas. Conforme

é sabido, em seus textos anteriores, a crítica à sociedade burguesa era muitas vezes feita a partir de seu confronto com uma futura sociedade de sujeitos emancipados, que tornará possível que eu “cace de manhã, pesque de tarde, criado à tardinha...”, na conhecida formulação deste belo texto que é *A ideologia alemã*.

Ocorre que tal procedimento tornava o jovem Marx vulnerável à reprovação de que estaria veiculando apenas e tão-somente uma utopia, de concretização inviável. Em contrapartida, o esforço de imersão na lógica das categorias da economia política, com o intuito de criticá-las de modo imanente, representa o acesso a um patamar explicativo de outra ordem, que fortalece inclusive o projeto político marxiano. E não resta dúvida que este é um dos motivos de fundo que atravessa os *Grundrisse*, onde encontramos este intento anunciado de forma quase programática em várias passagens: “Analisemos primeiro as determinações simples contidas na relação entre capital e trabalho, de modo a descobrir a *conexão interna* – tanto dessas determinações como de seus desenvolvimentos ulteriores – com o antecedente.” (p. 206, grifos nossos). Ora, o que tal análise imanente vai demonstrar é a progressiva captura do trabalho humano – ou, para sermos mais precisos, da *capacidade* de trabalho, embora o texto apresente uma oscilação terminológica que, pelo menos neste caso, pode ser fecunda – num circuito de categorias (mercadoria, dinheiro, capital) que o distancia e aliena dos sujeitos responsáveis por sua objetivação; estranhamento que vem a ser, talvez, o tema mais recorrente dos *Grundrisse* como um todo.

Um outro conjunto de questões originais destes densos ma-

nuscritos pode ser encontrado na sua vertente propriamente econômica – lembrando que ela não deve ser isolada da já mencionada dimensão filosófica. Referimo-nos por exemplo às seções em que Marx analisa as mudanças trazidas pelo desenvolvimento da indústria moderna, impulsionada pelas contribuições da ciência, que potencialmente permitem uma liberação de tempo disponível para os agentes da produção. Roman Rosdolsky, no livro *‘Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx’*, dizia que estas passagens dos *Grundrisse* são de tirar “o fôlego ao serem lidas hoje”, pois nelas se demonstra de modo preciso a profunda contraditoriedade do processo: o mesmo desenvolvimento tecnológico que potencialmente traria a conquista de tempo livre para os homens, finda por se transformar, sob a égide do capital, numa forma mais sofisticada de dominação. Nas palavras de Marx: “*O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria.” (p. 588). Só mesmo uma mudança de forma social – no sentido mais profundo do termo – pode ultrapassar esta situação, fazendo-nos chegar a uma sociedade onde a medida da riqueza seja não mais o tempo de trabalho, mas o *disposable time*, para usarmos a expressão inglesa da qual Marx se vale neste debate. Em nosso século 21, após as insistentes promessas midiáticas de uma liberdade que adviria do desenvolvimento tecnológico, sabemos que o que se efetivou foi uma expansão brutal da jornada de trabalho (que invade nossos fins de semana, feriados, etc), trazendo de chofre a atualidade da reflexão e do combate de Marx para os dias de hoje. Motivo adicional para a leitura do texto, a ponto de Martin Nicolaus afirmar – em um dos artigos do livro *‘Elementos fundamentais para a crítica de la economia política’* – que, se *O capital* se encontra “penosamente inconcluso”, já os seus manuscritos preparatórios permitem em alguns momentos vislumbrar melhor a íntegra do projeto marxiano.

Por fim, cumpre destacar a seriedade com que a tradução brasileira dos *Grundrisse* foi realizada. O Professor Mario Duayer, da Universidade Federal Fluminense, responsável pela supervisão editorial, explicitou de forma segura suas decisões conceituais, que sem dúvida contribuem para um melhor entendimento do texto. Apenas como exemplo, o *Mehrwert* marxiano foi coerentemente traduzido como mais-valor, ao invés da tradução usual por mais-valia, que opacifica o conceito e o converte em “algo enigmático, quase uma coisa” (p. 23). Além disso, Duayer redigiu uma Apresentação extremamente esclarecedora, que comenta algumas passagens seminais dos *Grundrisse*, bem como contextualiza a gênese do texto e sua importância no interior do pensamento de Marx. Razões de sobra, aliás, para não permitirmos que prospere a *conspiração do silêncio* que tantos desejam, ainda hoje, fazer em torno de sua vasta obra. ●

Grundrisse. Karl Marx. Boitempo Editorial, 2011, 788p.

Maurício Vieira Martins, professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.

Esta resenha foi publicada originalmente na *Revista História & Luta de Classes*. Vol. 12, agosto, 2011.

TECNOLOGIA

É possível que todo mundo tenha uma ideia, mais ou menos intuitiva, do que significa esse termo: sabemos que, quando se fala de celular, computador, internet, jogos virtuais e televisão, tudo isso é tecnologia. “Na verdade, essa é uma daquelas coisas que as pessoas entendem com facilidade quando você diz a palavra, mas existe uma dificuldade muito grande em definir e, sobretudo, em ter uma definição que sirva para todos”, diz Valter Filé, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Os dicionários oferecem algumas possibilidades. Chamam tecnologia a um conjunto de técnicas de que dispõe uma sociedade; a uma teoria geral sobre técnicas; à aplicação de conhecimentos específicos para a produção; e ainda a qualquer técnica moderna. “Tecnologia é sempre entendida como uma ferramenta, um artefato. É um recurso usado para produzir algo”, prossegue Valter. Mas talvez definir ‘tecnologia’ não seja o mais importante para compreendê-la, como diz o professor: “O grande problema da discussão não é propriamente a definição, mas sim o sentido que a tecnologia tem para as pessoas e para mundo de forma geral”.

Essa é uma preocupação expressa também no verbete ‘Tecnologia’ do Dicionário da Educação Profissional em Saúde, publicado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). O professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da pós-graduação da EPSJV Gaudêncio Frigotto, autor do texto, afirma que, embora muitas vezes a tecnologia seja vista como tendo

uma positividade em si mesma, isso não é verdade. Segundo ele, a tecnologia sofre influências históricas, políticas e culturais. Por isso, segundo Frigotto, “a promessa iluminista do poder da ciência, técnica e ‘tecnologia’ – para libertar o gênero humano da fome, do sofrimento e da miséria – não se cumpriu para grande parte da humanidade”.

Fetiche

No livro ‘Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico’, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Renato Dagnino diz que existe uma visão semelhante à teoria darwiniana da evolução que equipara o processo de desenvolvimento tecnológico à evolução biológica das espécies, por meio de um mecanismo de seleção natural. Lembrando o historiador David Noble, ele afirma existir uma “ideia de senso comum que divisa um futuro conduzido e dirigido pelo avanço tecnológico autônomo – o progresso tecnológico – que nos levaria automática e inevitavelmente ao melhor dos mundos possíveis – o progresso social”.

Frigotto explica que o progresso social vislumbrado por essa corrente significa inclusive a superação da sociedade de classes, sem, no entanto, superar o capitalismo: “O fetiche do determinismo tecnológico consiste exatamente no fato de tomar-se a tecnologia como força autônoma das relações sociais, portanto, de poder e de classe. A forma mais apologética deste fetiche aparece, atualmente, sob as noções de ‘sociedade pós-industrial’, ‘sociedade do conhecimento’ e ‘era tecnológica’, que expressam a tese de que a ciência, a técnica e as ‘novas tecnologias’ nos conduziriam ao fim do proletariado e a emergência do ‘cognitariado’, e, consequentemente, à superação da sociedade de classes sem acabar com o sistema capital, mas, pelo contrário, tornando-o um sistema eterno”.

Assim, tem-se a “imagem de um mundo em que os grandes problemas estão resolvidos e, para gozar a vida, o cidadão só precisa apertar diversos botões ou manejar objetos de apoio”, escreve Frigotto. Não é preciso fazer muito esforço para perceber como esse discurso está impregnado nas nossas relações hoje. Exemplo disso é o fato de quase todos os jornais diários brasileiros possuírem um caderno de tecnologia em que não raro as manchetes convidam os leitores a desfrutarem de novos aparelhos e *softwares* que se apresentam como imprescindíveis. Chamadas como ‘Cinco dicas tecnológicas (indispensáveis) para viajar’ (O Estado de S. Paulo), ‘Um terço dos internautas do país já têm *smartphones*’ e ‘Mais de 3.500 pessoas ouvem o mesmo MP3 juntas’ (Folha de S. Paulo) demonstram essa positividade vista como intrínseca às tecnologias.

Para Frigotto, a aquisição de tecnologia é vista como positiva não só para cidadãos como também para nações inteiras: “esta manipulação

ideológica (...) passa a ideia de que o desenvolvimento dos países dependentes e subdesenvolvidos é mera questão de comprar dos países centrais a ‘tecnologia’ produzida ou desenvolver capital humano”. E mais: novas tecnologias surgem a cada minuto, fazendo com que uma tecnologia comprada há pouco tempo se torne rapidamente ultrapassada. “A tecnologia, como força dominante do capital, acaba atuando numa lógica crescente de ‘produção destrutiva’. Para manter-se e para prosseguir, o sistema capital funda-se cada vez mais num metabolismo do desperdício, da obsolescência planejada, na produção de armas, no desenvolvimento do complexo militar, na destruição da natureza”, diz Frigotto.

Roberta Lobo, professora-pesquisadora da EPSJV e da UFFRJ, explica que, nesse sentido, a tecnologia pode ser entendida como um elemento das forças produtivas que alimenta a própria reprodução do capital. Frigotto, por sua vez, cita Marx: “a máquina, triunfo do ser humano sobre as forças naturais, converte-se, nas mãos dos capitalistas, em instrumento de servidão de seres humanos a estas mesmas forças”.

Segundo Roberta, em muitas áreas a tecnologia tem sido vista como a solução para muitas questões, e não como simples ferramenta.

“Na educação, por exemplo, é como se todos os problemas do ensino-aprendizagem fossem resolvidos quando trabalhamos com data-show, com computadores ou alguma mídia mais moderna.

A tecnologia passa a ser o próprio fim da educação, e não um meio para formarmos sujeitos com mais consciência crítica. Uma boa aula fica definida a partir dos recursos tecnológicos disponíveis. Essa é uma visão positivista da educação: as técnicas determinam o processo de aprendizagem. É claro que não vamos dispensar a tecnologia, que pode acrescentar muito ao processo: vídeos e sites educativos, por exemplo, são muito importantes, mas não podem ser pensados como se fossem facilitar o aprendizado sozinhos”, observa.

Equilíbrio

Mas é importante também não cair na ‘armadilha’ de ver a tecnologia apenas como algo negativo. Como diz Frigotto, ela se tornou, “nas atuais condições do capitalismo, cada vez mais privatizada pelo capital e, conseqüentemente, mais excludente e destrutiva”, mas isso não quer dizer que ela seja destrutiva em si.

Valter concorda: “A tecnologia, sozinha, não leva a lado nenhum. Ela pode ajudar a ampliar desigualdades, é claro, mas não é a tecnologia em si que serve a determinado modelo de relação social, ou modelo econômico ou político. O que faz isso é a forma como determinados grupos se apropriam dela para exacerbar as desigualdades que já existem”, diz.

Nem solução para todos os problemas, nem causa de todos os males: para os pesquisadores, é importante concentrar a crítica não na tecnologia, mas nas relações sociais que a permeiam. “Os dois vieses – o fetiche do determinismo tecnológico e a pura negatividade da ‘tecnologia’ sob o capitalismo – decorrem de uma análise que oculta o fato de que

a atividade humana, que produz a ‘tecnologia’ e seus vínculos imediatos ou mediatos com os processos produtivos, define-se e assume o sentido de alienação e exploração ou de emancipação no âmbito das relações sociais determinadas historicamente. Ou seja, a forma histórica dominante da ‘tecnologia’ que se constitui como força produtiva e alienadora do trabalho e do trabalhador, sob o sistema capital, não é uma determinação a ela intrínseca”, escreve Frigotto.

Renato Dagnino levanta a questão: “Devem os seres humanos submeter-se à lógica da maquinaria, ou a tecnologia pode ser redesenhada para melhor servir a seus criadores?” A resposta desejável parece óbvia. Mas como a tecnologia pode ser usada para melhorar a vida, em vez de se tornar destrutiva?

Valter Filé lembra que é possível aproveitar o que a tecnologia oferece de melhor para buscar novas relações. “As tecnologias da comunicação e da informação, por exemplo, podem muito bem ser usadas para a emancipação, para a libertação e para a construção de novas subjetividades”, diz. Para Roberta, isso significa que a tecnologia pode ser apropriada de uma forma positiva: “Ela precisa ser entendida e apreendida como um meio de libertar o homem para que ele possa produzir arte, cultura, relações humanas ‘não-coisificadas’”.

Frigotto concorda: segundo ele, em outro contexto, a tecnologia pode significar não um “meio de ampliação da exploração do trabalho, de mutilação de direitos, de vidas e do meio ambiente, mas (...) se constituir efetivamente em extensão de sentidos e membros humanos para dilatar o tempo livre; vale dizer, tempo para desenvolvimento das qualidades propriamente humanas para todos os humanos”. ●